

A LUTA CAMPONESA E A REPRESSÃO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR (1964 – 1985)

THE PEASANT STRUGGLE AND REPRESSION THROUGHOUT THE
CORPORATE-MILITARY DICTATORSHIP (1964 – 1985)

Ricardo José Braga Amaral de Brito*

Cite este artigo: BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964 -1985). **Revista Habitus:** Revista de Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 72-87. 15 julho de 2015. Semestral. Disponível em <habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 15 julho 2015.

Resumo: O presente artigo pretende reatualizar a experiência de militância dos trabalhadores rurais, bem como a repressão sofrida, durante a Ditadura empresarial-militar (1964 - 1985). Para tal foram analisadas as experiências históricas da Revolução de 1930, das Ligas Camponesas e as formas de subjugação econômica e política praticadas ao longo do período analisado, mobilizando bibliografia do tema e relatos de trabalhadores, com ênfase para João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira e Manoel da Conceição Santos.

Palavras-chave: Lutas camponesas; Ditadura empresarial-militar (1964 – 1985); repressão; militância rural.

Abstract: This article aims to revitalize the experience of militancy by peasants, as well as the repression suffered during the corporate-military dictatorship (1964-1985). We analyzed the historical experiences of the 1930 Revolution, the *Ligas Camponesas* and forms of economic and political subjugation practiced over the analyzed period, also mobilizing the bibliography of the theme and reports of workers, with emphasis on João Pedro Teixeira, Elizabeth Teixeira and Manoel da Conceição Santos.

Keywords: Peasant struggles; corporate-military dictatorship (1964 - 1985); repression; rural militancy.

"Assim como na indústria urbana, na agricultura moderna o incremento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho são obtidos por meio da devastação e do esgotamento da própria força de trabalho. (...) Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador" (MARX, 2013 [1867], pp. 573-574).

"a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se

necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão” (OLIVEIRA, 2003 [1972], p. 119).

O principal objetivo deste trabalho é oferecer espaço para o debate e a memória sobre o que foi a repressão da Ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985) aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais. Para isso foi usado bibliografia sobre o período e sobre a atuação de trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como livros que trouxessem relatos de trabalhadores rurais, em especial o livro de Ana Carneiro e Marta Cioccarì, *Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962 - 1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*, que traz um resumo do período e um importante trabalho de renovação do debate sobre o que foi e o que continua sendo a repressão no campo. Nas palavras das autoras:

Uma repressão política que expressa uma violência de dupla face, uma comandada diretamente pelo Estado, pela ação das forças policiais e do exército, e, outra, privada, expressa pela ação de milícias e jagunços a mando de latifundiários. Um imbricamento que expressa a singularidade da repressão política no campo, e que não deixa dúvida de que a resistência dos camponeses, na sua luta por terra e por direitos, trazia em si toda a energia da luta pelas transformações democráticas do campo e do país (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010, p. 10).

A obra de Carneiro e Cioccarì é um esforço para fazer ecoar a voz destes trabalhadores reprimidos, torturados, exilados e mortos, de forma a romper a espessura do silêncio e tecer uma rede de solidariedades, trazendo relatos de militantes das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro (PCB), da Ação Popular (AP), ligados à Igreja Católica, bem como inúmeros trabalhadores que não eram ligados a nenhuma organização, mas que se viram empurrados para uma luta por dignidade e pelo uso da própria terra.

Trazer à tona o debate e a memória dos atos de repressão praticados tanto pelo Estado quanto por grandes fazendeiros e seus mandatários é reatualizar o passado de lutas que se perpetua no presente. Este mapeamento da violência política no campo contra a luta pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores é revelador para entendermos as formas que os trabalhadores assumiram para resistir e conquistar na lei e na prática os seus direitos. É importante fazer eco à luta política, de classes, entre a expropriação (da terra e da força de trabalho) e as formas de resistência (legais, ilegais e clandestinas).

É importante frisar que a repressão no campo atingiu todos os estados brasileiros e que não se restringe aos anos da Ditadura empresarial-militar (1964-1985), tendo começado bem antes do período, perpetuando até nossas datas mais próximas. Pela abrangência do espectro repressivo no Brasil, decidimos recortar a análise para a região do Nordeste, espaço de lutas e formação de grandes resistências no período ditatorial. Utilizaremos como exemplos as militâncias de João Pedro Teixeira, morto no ano de 1962, e Elizabeth Teixeira. Apesar de João

Pedro ter sido morto antes da Ditadura sua luta foi um marco para o movimento camponês. Também analisaremos a trajetória do maranhense Manoel da Conceição Santos, cuja militância compreende o período militar. Essas trajetórias e lideranças foram escolhidas pela importância e também pela facilidade de acesso às suas informações. É preciso, contudo, tecer alguns comentários sobre a formação das relações no campo, precisando passar pela Revolução de 1930 e pela formação das Ligas Camponesas.

1. Revolução de 1930: o rearranjo do pacto de poder

A crise agrária dos anos 20 do século XX e a formação de uma incipiente classe trabalhadora, além de uma parcela da classe média que adentrava nos levantes tenentistas trouxe à tona a necessidade de abrir o pacto de governança que se havia formado entre São Paulo e Minas Gerais, ainda na Primeira República. Dentro de uma crise de hegemonia (AZEVEDO, 1982; WEFFORT, 1977) da oligarquia cafeeira, que não havia conseguido conter as novas classes sociais emergentes, o Estado precisou assumir uma autonomia relativa às classes dominantes - as oligarquias regionais e a ainda pequena burguesia industrial. O Estado varguista preservou a ordem capitalista por meio de uma forte burocracia, incorporando de forma controlada as massas trabalhadoras: leis sociais, sindicalismo corporativista e repressão político-social.

Por meio da chamada via prussiana ou modernização conservadora o Estado varguista irá estabelecer uma nova forma de prática política: o Estado de compromisso (WEFFORT, 1977), assumindo uma harmonia entre o proletariado, a burguesia e as oligarquias cafeeiras. O rearranjo oligárquico promovido pela Revolução de 30 não alterou de imediato a mudança de eixo da economia brasileira. É produzida uma ideologia nacionalista que se traduz no projeto de industrialização financiado pelo Estado, porém, assumindo alguma expressão das classes populares enquanto massa política, ainda que de forma condicionada, assumindo o eixo urbano-industrial (MENDONÇA, 2002).

As relações produtivas no campo, contudo, se mantiveram iguais: latifúndios e relações de trabalho não capitalistas, com ausência de legislação sindical e trabalhista. Se o modelo de tutela sindical fora adotado pelo Estado para os trabalhadores urbanos como forma de regular a cidadania e desmobilizar o movimento operário, no campo isto tampouco foi reconhecido, mantendo-se uma estrutura extremamente arcaica e com altos níveis de exploração do trabalho. Após a Constituição de 1937 e o Decreto da Lei de Segurança Nacional de 1935 (MATTOS, 2009) o Estado Novo fica oficialmente decretado e o modelo sindicalista corporativista é consolidado, estabelecendo dispositivos que proibiam as greves e assumiam a submissão dos sindicatos e dos trabalhadores ao Estado. A propaganda e o personalismo de Vargas foram de suma importância para a criação de uma memória operária esvaziada das suas lutas anteriores.

A manutenção das relações de exploração máxima no campo não foi, e não é, uma contradição do capitalismo no Brasil. O subdesenvolvimento é uma produção do

desenvolvimento capitalista e diz respeito, também, à composição interna do jogo de classes. Em sua crítica ao modelo cepalino, Francisco de Oliveira (1972) aponta para um novo modo de acumulação capitalista após a Revolução de 30, priorizando a formação de um mercado interno, institucionalizando o salário mínimo como salário de subsistência e estimulando a formação de um exército industrial de reserva. O Estado reorienta a economia para a produção de bens industrializados, criando a base da acumulação capitalista, diminuindo, lentamente, o investimento na agricultura.

Contudo, a agricultura teve um importantíssimo papel na mudança do modo de acumulação: sua função era a de não elevar os preços da alimentação das massas urbanas, não gerando modificação dos salários e, portanto, dos lucros. A ausência de justiça trabalhista no campo permitiu a expropriação do excedente de produção agrário através da alta exploração da força de trabalho rural. O setor rural também oferecia novos operários para incrementarem o exército industrial de reserva, mantendo os níveis salariais urbanos baixos. Francisco de Oliveira, criticando o dualismo cepalino (moderno/primitivo; desenvolvido/subdesenvolvido), irá apontar para uma integração dialética entre a modernização urbana e a manutenção da superexploração do trabalho arcaico no campo, ambas necessárias para a acumulação capitalista, harmonizadas na política populista instaurada após a Revolução de 30: um novo pacto de poder que manteve a estrutura desigual, admitindo a participação das classes subalternas de forma mediada.

2. Ligas Camponesas e a organização da luta camponesa

As consequências deste modelo de desenvolvimento econômico são claras: aumento da repressão e da superexploração das classes trabalhadoras, resultando numa violenta, e esperada, luta de classes. Francisco Azevêdo (1982) aponta para a crescente proletarização do trabalhador rural, aumentando a expropriação do mais-valor, forçando a venda da força de trabalho em um ambiente de ausência de direitos trabalhistas, incapacidade e/ou dificuldade de formar sindicatos e baixos salários. O movimento camponês que surge na década de 50 une a luta contra a expropriação da terra e contra a superexploração do trabalho, reivindicando os direitos trabalhistas e o direito a terra.

E, ao assim acontecer, as classes dominadas do campo não têm outro caminho a não ser o de enfrentar, e negar, uma via de desenvolvimento capitalista que se apoia na conciliação entre os grupos dominantes urbanos e agrários, a partir da manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável (AZEVEDO, 1982, p. 28).

Devido à imensa dificuldade de abertura de um sindicato rural - precisando da aprovação do Estado -, as primeiras Ligas Camponesas nascem em 1945 como forma de associação civil sob iniciativa do recém-legalizado Partido Comunista Brasileiro (PCB). A formação das Ligas foi uma tentativa de estabelecer uma aliança entre proletários e camponeses

contra o latifúndio e o imperialismo. A proposição do PCB era a de um inicial pacto entre operários, camponeses e burguesia nacional a fim de superar o feudalismo existente no campo, para então poder estabelecer uma luta contra o capitalismo e a sua superação via o comunismo. O PCB absorve as reivindicações rurais e consegue mobilizar as massas camponesas, ampliando a sua presença no campo até o ano de 1947, quando entra novamente na ilegalidade, sendo as Ligas desarticuladas e extintas após forte repressão.

Entre os anos de 1948 e 1954 os conflitos se mantiveram de forma constante e cotidiana, consolidando a luta de classes a experiência de classe camponesa, levando a existência de associações ligadas ou não ao PCB (então na ilegalidade) e ocorrendo também congressos rurais, que iniciavam timidamente um retorno às mobilizações e criavam um vocabulário comum de luta e práticas de resistência. Em 1955 a Liga Camponesa renasce com a mobilização de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB em Pernambuco. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia conseguem ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que inicia com o aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião consegue a legalização da Liga e passa a denunciar publicamente a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão com o uso da imprensa, tornando público que as questões camponesas e agrárias ainda eram tratadas como problema policial.

A desapropriação de Galileia em 1959 expandiu a Liga Camponesa por todo o Brasil, causando um intenso temor nas oligarquias rurais e na burguesia. Justamente pela expropriação ter sido legalizada - como tentativa de impedir um levante ainda maior dos camponeses - o Estado passa a exercer medidas impositivas à forma de reapropriação dos camponeses, nascendo uma nova motivação: a organização camponesa e a reforma agrária radical. Transformava-se o movimento camponês, graças à intensidade deste, em questão social e política. A aproximação com a experiência de reforma agrária de Cuba acabou por afastar as Ligas do PCB, por aquela julgar as táticas do PCB lenientes demais com a exploração capitalista ao adotar a desapropriação legal e a modernização do minifúndio, expressão do etapismo.

Entre 1960 e 1962 com os mandatos de Cid Sampaio (governador de PE) e Miguel Arraes (prefeito de Recife/PE), mais sensíveis à participação da Liga no cenário político, a atuação do movimento camponês se expande, assumindo resistências físicas aos confrontos e despejos, além de invasões de engenhos e fazendas. Em 1962 o governo de João Goulart estimula a sindicalização em massa no campo como forma de expandir o pacto populista ao meio rural, reduzindo os conflitos sociais ao inserir militantes do PCB e membros dos setores mais conservadores da Igreja Católica na liderança dos sindicatos assistidos.

Neste momento, não apenas com as Ligas Camponesas, mas também com organizações ligadas ao PCB e à igreja católica, convergem na identificação e denúncia da situação de miséria e exploração e na necessidade de alteração deste quadro. A reivindicação do acesso a terra é tornada pública com congressos, como debate no Congresso Nacional e nas organizações

patronais, com forte resistência da classe patronal. O desejo dos patrões de ver a modernização do campo foi adiado com a regulamentação da sindicalização em 1962 e do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963. Porém, foram precisos apenas alguns meses após o golpe militar para que uma proposta de reforma agrária fosse finalmente promulgada, permitindo a modernização no campo com fortes incentivos fiscais, além da desapropriação em áreas de conflito social, contudo, uma lei que não previa nenhuma forma de participação dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2014).

3. João Pedro Teixeira e a repressão pré-64

A história de João Pedro Teixeira e sua esposa Elizabeth Teixeira ficou famosa pelo filme de Eduardo Coutinho, *Cabra Marcado Pra Morrer*, que começou a ser produzido em 1964. Interrompido pela Ditadura o filme volta a ser produzido na década de 80 após a anistia política de 1979. A ideia inicial do filme, produzido pelo Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC – UNE), era a de contar a história do assassinato de João Pedro Teixeira, assassinado a mando de latifundiários. O filme retoma mais de uma década depois entrevistando Elizabeth Teixeira, seus filhos e alguns dos moradores e militantes da Liga Camponesa de Sapé, Paraíba, formada em 1958.

João Pedro Teixeira trabalhou até 1954 como operário, tendo lá convivido com a luta pelos direitos trabalhistas. Neste ano vai ao campo trabalhar na propriedade de seu sogro e em 1958 funda a Liga Camponesa de Sapé. A Liga e seus trabalhadores sofreram inúmeros ataques, prisões e torturas, mas a denúncia e os protestos aumentavam enormemente. Ciente do perigo que corria, João Pedro costumava dizer à esposa: “Vão tirar a minha vida, minha filha, mas a reforma agrária vai ser implantada em nosso país para que a vida do homem do campo melhore, para que eles tenham o direito de criar seus filhos” (CARNEIRO e CIOCCARI, p. 78). Foi emboscado em 02/04/1962 e morto com balas de fuzil por dois soldados da polícia militar e um vaqueiro. Elizabeth Teixeira, após a morte do marido, assume a luta pela reforma agrária e pela melhoria de vida do camponês.

A contínua luta de Elizabeth é emocionante e revigorante. Mesmo vivendo escondida, com identidade falsa e longe dos filhos até a anistia de 1979, Elizabeth continuou ativa, incentivando trabalhadores e camponeses. Teve alguns filhos mortos pela Ditadura e uma filha que se suicidou ao achar que haviam matado Elizabeth.

No momento do enterro de João Pedro, frente ao monumento que os camponeses haviam construído em sua memória, e que foi destruído pela Ditadura em 01/05/1964, o deputado estadual Raimundo Asfora, apoiador das Ligas, disse: “Não vamos enterrar um homem; vamos plantá-lo. Pararam o teu coração. Surgirão novos camponeses revoltados, outros João Pedro, numerosos lutadores. Julgaram que desapareceste. Estás agora em toda a parte!” (*idem*, p. 78).

4. A Ditadura: repressão política e econômica

Ao início da Ditadura empresarial-militar, apesar da recessão econômica que tem início anterior ao golpe (1962 - 1967), a "resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é 'resolvida' pelo aprofundamento da exploração do trabalho" (OLIVEIRA, 1972, p. 105). Duas formas que se apresentaram em interdependência marcaram o período do "Milagre econômico" (1967 - 1973): a repressão e a expansão econômica.

O objetivo do Golpe de 64 é a consolidação do modelo de acumulação capitalista estabelecido nos anos 50 com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Enquanto o Estado assumia uma enorme dívida interna e externa de forma a garantir as condições de superacumulação do empresariado brasileiro, a reprodução do capital era intensificada pela exploração do trabalho; pelo uso de novas tecnologias, provenientes do investimento do capital estrangeiro, reduzindo o tempo necessário de produção e aumentando o exército industrial de reserva; e pelo arrocho salarial, reduzindo o real poder aquisitivo do salário e a capacidade de reprodução social do trabalhador [1].

O Estado participou de outras formas que não o fortalecimento do empresariado por meios "puramente" (ou que assim se tentam passar) econômicos. Mas consolidou uma legislação sindical que reprimia a organização dos trabalhadores e privava os sindicatos de poder de barganha, submetendo-os ao padrão de salário e reajustes do governo (tanto urbano-industriais quanto ao setor rural, cujos sindicatos são então institucionalizados), além de aumentar a rotatividade do emprego e a alta exploração com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, instituído em 1966 e com a finalidade de repassar os custos da demissão do trabalhador para o Estado, retirando o ônus do patrão). Medidas de cunho político que visavam o enfraquecimento e a desmobilização das classes trabalhadoras.

Com o Golpe Militar de 1964 o movimento sindical sofre inúmeras derrotas, não apenas na sua forma burocrática e institucional, mas também com o assassinato de dirigentes sindicais, lideranças trabalhistas e trabalhadores e trabalhadoras, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 5 em 1968, que previa a tortura, a cassação de direitos políticos e civis a opositores do regime militar, a desmobilização dos movimentos sociais por meio da criminalização dos mesmos, suspensão do *habeas corpus*, entre outros (CARVALHO, 2013 [2001]).

Frente à impossibilidade de manter o regime por meio da intensa exploração econômica dos trabalhadores e do uso da repressão, o governo militar apresenta o início de uma abertura política com o governo do general Ernesto Geisel (1974 - 1979). É neste momento que o movimento sindical reencontra a possibilidade de se reorganizar, mobilizando a luta salarial e o direito de greve.

Apesar do movimento dos trabalhadores rurais ter sofrido uma forte repressão, semelhante à repressão sofrida pelos trabalhadores urbanos, é preciso analisar algumas especificidades, principalmente no que toca às formas de resistência. Antônio Torres Montenegro (2011) utilizou o caso da chacina de Matapiruma, ocorrido em 05/10/1972, onde os irmãos José, Luiz e João Inocêncio Barreto foram atacados por agentes do DOPS-PE. José morre na hora. João é baleado com oito tiros e hospitalizado, sendo preso ao sair do hospital. Luiz consegue fugir. O ataque, que ocorre na cidade de Escada, Pernambuco, é motivado por conta de uma ação trabalhista que os irmãos haviam movido contra José Metódico Pereira, grande fazendeiro, dono das terras em que os irmãos trabalhavam. O caso ficou famoso pela divulgação no jornal *O Estado de São Paulo* quatro dias depois do atentado. A notícia detalha as vítimas, os mandantes e autores do crime, mostrando fotos e relatos, revelando também o medo e o silêncio dos moradores e trabalhadores do engenho. A publicação se dá em plena censura, evidenciando uma ampla rede de informações, controle e repressão pelas autoridades estaduais e federais em conluio com os interesses de grandes produtores e donos de terra.

Os inúmeros relatos mostrados no livro de Carneiro e Ciocari (2010) evidenciam alguns argumentos usados para a repressão e perseguição de trabalhadores rurais. Semelhante ao ocorrido nos perímetros urbanos, a acusação de “subversivo” e “comunista” eram as mais utilizadas pelo Estado militarizado. Não era preciso nenhuma ligação com partidos políticos para ser taxado de comunista, bastava a luta pela terra ou pelos limitados direitos trabalhistas e sindicais garantidos na constituição de 1969. Um trabalhador militante já era considerado uma ameaça à segurança nacional. Além dos irmãos Inocêncio Barreto moverem esta ação contra um grande latifundiário eles também organizavam reuniões de trabalhadores, criando uma solidariedade combativa às expropriações e explorações que eram submetidos. A mudança radical da relação entre trabalhador rural e patrão quebrou uma relação não apenas de trabalho, mas um pacto paternalista com valor simbólico e material. O patrão era visto, também, como aquele que ajuda na hora da necessidade, para comprar remédios, para ajudar em demais problemas pessoais. Deve-se, para isso, compreender a fazenda como um microcosmo e uma sociedade em si, especialmente nos anos 40 e 50, ainda bastante fechada em si mesma, mas que começa a ser paulatinamente modificada pela entrada de uma nova racionalidade, a do capital. Como dito anteriormente, frente à ruptura das formas de associação tradicionais, camponeses começam a se mobilizar contra discursos e práticas que perpetuam relações sociais de exploração e dominação.

A maior parte dos relatos do Nordeste (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010) é de indivíduos ligados ao PCB ou, pelo menos, aos sindicatos rurais e Ligas Camponesas. As lutas mais comuns eram pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas (salários, férias pagas, descanso semanal, respeito, etc.) e pela reforma agrária. Muitas das lutas camponesas se iniciam antes da instalação da ditadura militar, já sendo combatidas com ou sem o uso da polícia e consideradas subversivas. Muitas lideranças foram perseguidas, reprimidas e mortas. Os relatos de tortura são impressionantes e revoltantes: choques, espancamentos – privados e públicos -, pau de arara, inanição, ameaças, torturas psicológicas e uma prática sem nome, mas que se resumia a

ter o corpo coberto de mel e ser exposto a animais, principalmente vacas, que ao lambar o corpo o deixavam cheio de marcas e mordidas, ou outra em que o corpo permanecia submerso em uma vala cheia de água por dois ou três dias. Se a tortura por si só já é um evento traumático, o retorno à vida “normal” se torna ainda mais problemático. A saúde debilitada, os casos de depressão, a dificuldade de arranjar emprego, que também são expressas nos silêncios e nas dificuldades de contar o período de sofrimento, presente nas entrevistas realizadas por Carneiro e Cioccarì.

As chacinas, como a de Matapiruma, são comuns, causadas pela tentativa de posse ilegal de terras camponesas por grandes proprietários de terra, armados com jagunços, pistoleiros, polícia militar, exército, guarda rural e DOPS. O confronto era comum e as mortes sempre penderam mais para o lado dos trabalhadores, armados, normalmente, apenas com os instrumentos de trabalho (foices, enxadas, facões, machados) e às vezes alguma arma de fogo. Os relatos de sofrimento, da necessidade de trabalho desde criança, da exploração no campo, os perigos constantes e o terror psicológico são comuns nos relatos. Contudo, é interessante analisar, como fez Montenegro, a forma como a história é construída pelo próprio ator analisado/entrevistado: as suas lutas, o trabalho, as mortes lembradas e a resistência estabelecida, analisando os fatos mobilizados e as associações feitas.

Como explicitado por Maria Lygia (2013), a lembrança e o passado se constituem em associação com o presente, com o que é possível e permitido lembrar. Os indivíduos que passaram por uma experiência traumática selecionarão as lembranças e as formas pelas quais as contarão ou omitirão. Todo relato deve ser compreendido não apenas com a experiência vivida, mas a forma de abordagem e as experiências presentes, e tem como maior motivação o fato de ser o último recurso dos vencidos para deixar o próprio ponto de vista. Frente à amnésia pública provocada pela censura do Estado que ao “sumir com o corpo para apagar o crime equivale ao duplo assassinato: matar o vivo e tentar matar a lembrança” (*idem*, p. 164), trazer à tona relatos que não podem e não devem ser esquecidos, respeitando a dimensão da privacidade dos torturados e vilipendiados, para assim produzir diálogo e modificação das práticas terroristas ainda presentes no Estado. O luto pelos mortos pela Ditadura não pode se tornar esquecimento e nem apatia. As vítimas do Estado devem ser lembradas, e os seus algozes julgados.

5. O camponês insubmisso

José de Souza Martins (1983) defende a ideia de um campesinato brasileiro insubmisso: primeiro contra fazendeiros e coronéis, depois contra grandes latifundiários, empresários e o Estado, garantidor do modelo de exploração econômica e social que subjuga o campo e a cidade, seja com o uso dos aparelhos repressivos, seja com o uso de incentivos fiscais e da legislação. A partir dos anos 50 o campo se acende em uma luta de classes por respeito aos direitos sociais e trabalhistas, pelo uso da terra e pela valorização dos produtos agrícolas, existindo também uma disputa pela hegemonia das lutas camponesas entre as Ligas Camponesas, o PCB e a Igreja. Martins é profundamente crítico do historicismo etapista e do economicismo

desenvolvimentista que compreendem no desenvolvimento das forças produtivas a supressão do campo. A questão agrária é uma das expressões da contradição do capital: “a resistência do camponês à expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo” (MARTINS, 1983, p. 18).

O campesinato deve ser entendido como uma classe social, designando uma posição relativa na estrutura de classe – e na luta de classes - e fechando um destino histórico e suas condições de possibilidade de existência, apenas modificadas por meio da luta política. As insurreições políticas camponesas se iniciam com o messianismo e com o banditismo social, com a luta contra grandes fazendeiros e coronéis: a terra, nesse século XX, torna-se a principal disputa do campo, apresentando a partir da década de 1950 novas formas de resistência: as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais.

Os setores conservadores da sociedade brasileira tinham receio e medo de uma revolução camponesa que abalasse a estrutura fundiária. Antes do golpe, empresários realizavam no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), organismo da intelectualidade burguesa e que realizou os projetos econômicos e sociais da ditadura, mas também com importante atuação no período anterior à ditadura, contribuindo para o enfraquecimento do governo de João Goulart, através do financiamento de campanhas políticas, da organização de movimentos sociais contrários às esquerdas e da formulação de propagandas políticas (DREIFUSS, 1981). Um desses estudos sobre a situação fundiária originaria a lei de reforma agrária da Ditadura, o Estatuto da Terra de 1964, e a formação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, cujas bases eram a modernização do campo, a concentração fundiária e a formação de grandes empresas no campo, permitindo a redistribuição de terras em locais onde a tensão fosse um perigo à segurança nacional (leia-se: à estabilidade do regime). O objetivo foi tornar os minifúndios em empresas rurais, desmobilizar os camponeses e incentivar a concentração fundiária a partir do padrão empresarial, cuja tributação era mais onerosa ao pequeno produtor do que ao grande latifundiário. Nos anos 70 são estabelecidos estímulos fiscais voltados para a colonização da Amazônia, portanto subsidiados pelos contribuintes, aumentando a concentração fundiária e gerando cada vez mais conflitos. As atuais políticas desenvolvimentistas e de expansão da produção de commodities do século XXI não ficam atrás da geração de concentração fundiária e conflito que tomam conta do campo a mais de um século.

Antes de entrarmos no caso de Manoel da Conceição Santos, preso nove vezes e torturado em inúmeras ocasiões, é interessante falarmos algumas palavras da sujeição da renda da terra ao capital. A relação capitalista penetra no campo estabelecendo a transição do camponês para o trabalhador livre, desapropriado da terra e dos demais meios de realização da propriedade, submetido a vender a própria força de trabalho. É, então, apropriada a capacidade de criar valor do trabalhador pelo capitalista. A relação salário-lucro deve aparecer de forma jurídica e moralmente igualitária e equitativa, escondendo as desigualdades na produção e da reprodução por salário e por mais-valor:

A ilusão de igualdade e equivalência que permeia essa relação de troca desigual, fazendo com o que é produto do trabalho apareça como produto do capital, faz com que o trabalhador se defronte com a riqueza que ele mesmo produz, e que cresce sob a forma de capital, como se ela fosse estranho a ele, alienada dele. Como ele não tem alternativa senão a de vender a sua capacidade de trabalho ao capital, vende-a, na verdade, àquilo que ele mesmo produziu e agora se ergue diante dele como algo que não lhe pertence, como uma potência que lhe é estranha e que subordina a sua capacidade de trabalho (idem, p. 156).

O capital é produto do trabalho não pago (trabalho excedente), porém é enxergado de forma contrária: como se o trabalho fosse dependente do capital.

Existe, contudo, uma diferença entre a terra e o capital: a terra não é capital, é uma forma diferente de meio de produção ao mesmo tempo em que é força de trabalho potencial. O capitalista deve pagar uma renda, tal qual o salário, pelo uso da terra, renda esta que é inferior ao valor produzido nela. A renda aparece como forma de superação ao obstáculo que a terra significava à expansão do capitalismo, tendo no pagamento da renda a distribuição de mais-valor. São formadas três classes: o proprietário da terra e o capitalista (que podem se confundir no mesmo indivíduo), separados do trabalhador, subjugando-o. O capital se assenhora do modo de trabalho, da capacidade de planejamento. A subsunção real do trabalhador ao capitalismo, que no espectro urbano se consolida com a grande indústria e a sua partição em pedaços de um trabalhador coletivo, no campo o que existe é a sujeição da renda da terra ao capital: submissão da produção agrícola às necessidades do capital: produção de mercadoria e de trabalho excedente, conseqüentemente, mais-valor. A sujeição da renda da terra é sujeição do trabalhador rural. A luta pela terra é contra o capital, contra a expropriação e a exploração essenciais do capitalismo.

6. Manoel da Conceição Santos, o “Submisso indomável”

No livro de Carneiro e Ciocari a figura de Manoel da Conceição Santos é de extrema relevância, apresentando um dos maiores relatos e confissões do livro, e o maior da região Nordeste. Além do conjunto de relatos organizados pelas autoras, o livro de Manoel da Conceição Santos (2010) oferece o relato de sua vida e da experiência camponesa enquanto constituição política da classe [2]. Este maranhense foi preso nove vezes e torturado inúmeras outras, tendo perdido uma das pernas por conta de ferimentos causados por um ataque da polícia.

É comum o apontamento de um “*turning point*”, um ponto de virada, na vida dos militantes rurais, o momento que estes mobilizam para explicar a sua entrada na luta política, estabelecendo um marco decisório em suas vidas. Majoritariamente é a vivência de uma situação de desigualdade, seja de exploração e/ou de expulsão da terra, ambas associadas a momentos de tensão e violência: existe a percepção de que a vida no campo se apresenta como uma constante sobrevivência.

A revolta de Manoel surge com a experiência de ser expulso da terra em que morava e de assistir à morte de inúmeros conhecidos pela polícia e por latifundiários, ainda criança, na década de 50. Apesar do ódio e da vivência de inúmeros atentados, assistindo a morte de dezenas de companheiros devido à simples organização trabalhista, envolve-se com o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado aos setores mais progressivos da igreja católica, envolvendo-se com as discussões políticas, sindicais e cooperativistas: criaram 28 escolas de alfabetização, inclusive de trabalhadores rurais, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim em 1963. Foi com em contato com o trabalho político do MEB que Manoel percebe que a situação vivida por ele e seus conhecidos era, na verdade, a situação vivida por muitos camponeses brasileiros.

A politização promovida pelo trabalho do MEB apreende a sua experiência em um contexto amplo e coletivo, alargando a sua perspectiva política e o seu trabalho junto a outros camponeses. Já com o sindicato os trabalhadores se organizam para resolver o problema do gado invadindo as roças camponesas, comendo e destruindo as plantações. Após denúncias ao prefeito e com a criação de uma lei que proibia essa prática, mas que não vingou, Manoel e outros trabalhadores mataram o gado que destruía a plantação e dividiram a carne entre as famílias. Em resposta à organização dos trabalhadores os latifundiários organizam milícias, que iriam funcionar até 1969, para retaliar e reprimir estes projetos e trabalhadores.

Com o golpe, o fechamento do sindicato e a prisão de lideranças e as dificuldades do MEB, Manoel ingressa na Ação Popular (AP). A partir de então se associa à luta comunista, antes negada por ele. Considera esta a sua entrada na luta política e a sua passagem de um simples subversivo e revoltado para um militante. Em 1968, quando já era integrante da AP e realizava reuniões clandestinas de trabalhadores, a polícia intervém em uma destas reuniões e dispara tiros na direção dos trabalhadores. Manoel é baleado com dois tiros de fuzil no pé. É preso e passa seis dias na cadeia sem tratamento médico, que apenas veio após manifestações de trabalhadores e estudantes que exigiam o seu tratamento. Como consequência teve a perna amputada e apenas após muita força de vontade e apoio voltou a andar e à luta política, tendo inclusive obtido treinamento de guerrilha na China, mas foi preso na volta, em 1972. Ficou detido no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Rio de Janeiro por oito meses, e mesmo depois das torturas desafia a justiça num depoimento onde revelava a sua luta e os abusos sofridos pela classe trabalhadora: “Quero saber qual foi a casa que incendiei, qual foi o banco que assaltei. Eu apenas tenho uma luta em defesa de um povo, e eu faço parte dele. E a gente quer terra, quer direitos, quer saúde, quer trabalho, quer liberdade. E se isso é negado, a gente tem de ser contra. Mas, se isso é crime, sou criminoso mesmo” (CARNEIRO e CIOCCARI, p. 120).

Uma cena ficou famosa na vida de Manoel. Dentro de um hospital em São Luiz (MA), em julho de 1968, recuperando-se da operação de amputação de sua perna direita, o então governador do estado, José Sarney, envia um representante para lhe apresentar um pedido formal de desculpas e oferecer uma perna mecânica, uma casa, um carro e um emprego em

troca do apoio político do líder sindical. Manoel ressalta que foi a polícia de Sarney que atirou nos trabalhadores e nele mesmo, respondendo: “Não quero nada disso. Eu considero que sou um camponês mutilado e perdi essa perna numa luta e os camponeses podem me dar uma perna. (...) De agora em diante, considero que minha perna é minha classe!” (*idem*, p. 121).

Manoel trás muitos relatos das formas de tortura que sofreu: espancamentos, afogamentos, a tortura psicológica e moral por meio da nudez forçada, da violação corporal, da presença de corpos mutilados, mortos, em deterioração ou ainda vivos na mesma cela; condições insalubres nas celas; os choques elétricos. Manoel chegou a ser amarrado no pau de arara pelos testículos. Chegou a ter, também, o pênis pregado em uma tábua. Tudo como forma de tortura, a maior parte realizada no DOI-CODI do Rio de Janeiro em 1972. Pela sua luta foi condenado a três anos de prisão e sete meses de prisão. Solto em 1975 é preso mais uma vez ao chegar a São Paulo na saída do DOI-CODI.

A importância da sua atuação foi compreendida não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente, intensificando a solidariedade de outros países com o Brasil. O então presidente militar Garrastazu Médici foi pressionado por entidades como o *British Comitee Against The Dictatorship in Brazil*, a Associação de Agricultores Suíços, manifestações na Albânia, França, Itália e Alemanha, além da forte atuação da igreja católica, com uma carta do Papa João Paulo VI e através da Confederação Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e também da igreja protestante. Apenas assim foi liberto, sob a condição de deixar o país, exilando-se na Suíça. Neste país havia sido criado o Comitê Internacional Manoel da Conceição, pela luta dos direitos humanos. Chegando à Suíça, Manoel pediu para mudarem o nome para Comitê de Solidariedade ao Povo Brasileiro, e dali passou a denunciar a ditadura militar brasileira e a lutar pelas liberdades democráticas e também pela anistia. Participou também da formação do Partido do Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), primeiro ainda no exílio, e após a Lei de Anistia, em 1979, passa a consolidar as bases no Brasil, comprometendo-se a criar órgãos de classe não atrelados ao governo, mas à sua classe, produzindo pressão por suas reivindicações.

Dessa luta nasce também o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (Centru), que visava à formação de novas lideranças sindicais que surgissem dentro da própria luta, abraçando a reforma agrária como lema. Esta ONG serviria de auxílio ao sindicato, atuando como uma entidade de educação. Com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), é criado o Centru/MA, constituído em diversos estados, tendo sido o Centru/PB presidida por Margarida Maria Alves, liderança camponesa brutalmente assassinada em 1983 em Alagoa Grande, aonde presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Centru/MA tinha três eixos principais de atuação: luta pela terra, luta sindical e organização da produção a partir da proposta da empresa cooperativa. Destas ações foram acontecendo inúmeras ocupações de terra, apoiando também a atuação do MST no Maranhão, entre as décadas de 1980 e 1990, conquistando inúmeras fazendas. A essa luta Mané, como chamado pelos amigos, somou a conservação ambiental e a produção sustentável a partir

de cooperativas e do agro-extratativismo, com base na produção familiar, com especial atenção para a participação ativa das mulheres. Mané continua vivo e atuante na política, conforme os seus limites físicos de octogenário, criticando abertamente as relações existente entre o PT e as oligarquias do Nordeste, em especial a de seu conhecido algoz, José Sarney.

Considerações finais

O que se pretendeu com este trabalho, ainda que de forma preliminar, é reativar a importância da vontade e potência de classe do trabalhador rural, que entrou em confronto direto com o Estado (via polícias militar, civil e ambiental e forças armadas) e com latifundiários, grandes produtores e empresários. Esta luta se constitui enquanto tal com um longo histórico que remonta ao messianismo, às resistências ao coronelismo, ao banditismo social e às mais recentes formas de sindicalização e expropriação de terra, das quais o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), e as resistências de aldeias e lideranças indígenas e quilombolas são de suma importância, mas também os movimentos de afirmação de uma alternativa camponesa para a produção e vivência da terra, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e tantos outros. Tentou-se captar o sentido da fala dos agentes, compreendendo que os agentes sociais têm a capacidade de interpretar o mundo em que vivem e compreender e mobilizar as relações em que o poder passa e as diferentes formas de estabelecer uma relação mais simétrica como, por exemplo, a luta sindical via legalização, ou as práticas mais radicais. Contudo, devemos ter sempre em mente que a repressão do Estado e de grandes proprietários e empresários é maior e mais repressiva, mobilizando armas, leis, estatutos e torturas diversas.

As últimas palavras de Elizabeth Teixeira no filme-documentário *Cabra Marcado para Morrer* são importantes para a reatualização do debate, considerando que foram proferidas na década de 80, mas que mantém muito da sua atualidade:

A luta que não para. A mesma necessidade de 64 está colocada, ela não fugiu um milímetro. A mesma necessidade na fisionomia do operário, do campo e do estudante. A luta que não pode parar. Enquanto se diz que tem fome e salário de miséria, o povo tem que lutar. (...) Eu como venho sofrendo, eu tenho que lutar. É preciso mudar o regime, é preciso. Porque enquanto tiver esse regime, essa democracia aí... [sinal de negativo com os dedos] Democracia sem liberdade? Democracia com salário de miséria e de fome? Democracia com o filho do operário e do camponês sem direito de estudar?

A fala de Elizabeth constitui o que Manoel da Conceição Santos diz quando se lembra dos casos de espancamentos e morte de companheiros no campo, ativando uma revolta que é “de compromisso com a luta” (SANTOS, 2010, p. 105). É preciso que não se reforce o fatalismo: apesar do intenso ataque aos trabalhadores e trabalhadoras no imediato pós-golpe, como evidenciado pelos recentes trabalhos realizados pelas diversas Comissões Estaduais da Verdade e pela Comissão Nacional da Verdade, as lutas no chão-de-fábrica e nas fazendas se mantiveram, de forma menos articulada e intensa, porém combativas o bastante para atualizar

uma inquietação presente nestas classes e também uma reação dentro dos governos militares, que enxergaram a necessidade de ampliar o autoritarismo e a violência do regime. Lutas estas que não foram espontâneas, mas que “guardam continuidade com lutas que envolveram um processo de mobilização política extremamente complexo como foi o dos anos 1955-64. O mais correto seria, talvez, acompanhando a sugestão de Rosa Luxemburg ao analisar uma situação histórica diversa, falar de uma interiorização da luta (política) de classes que teria perdido sua feição mais explicitamente política para inscrever-se no interior mesmo do processo produtivo” (PALMEIRA, 2009, p. 198), dos embates cotidianos entre trabalhadores e patrões.

Desta forma, podemos concordar com Leonilde Medeiros (2014, p. 229) quando diz que a ênfase na produtividade e modernização do campo deu como resultado que, “mesmo com a ocorrência de diversas desapropriações e assentamentos, a concentração fundiária permanece, não mais em mãos de latifundiários tradicionais, mas sim de empresários nacionais e estrangeiros que, ao mesmo tempo, buscam constantemente novas terras para expandir seus negócios, reproduzindo o ciclo de expropriação e violência que marcou nossa história. Dessa forma, permanecem também as condições para a reprodução dos conflitos”.

Permanece em jogo a luta pela significação da terra, naquilo que José de Souza Martins (1986) chamou de valor moral da terra (seu valor de uso enquanto modo de vida, experimentação e objeto de mediação e mobilização social dos camponeses) e de valor de mercado da terra (o valor de troca, a sujeição da terra pelo capital, ou seja, o estranhamento causado ao trabalhador pela apropriação privada da sua força de trabalho, produção e do uso da terra). Permanecem, portanto, os conflitos enquanto permanecem a luta de classes e o caráter classista do Estado, acentuado seja por uma estrutura autoritária ou por uma estrutura democrática. 🌐

NOTAS

*O Autor, à época da submissão, cursava o 7º período do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Professora Elina Pessanha, pertencente a linha de pesquisa Justiça Autoritária? (LADIH/FND - UFRJ).

[1] "A repressão aos sindicatos mostrava bem o caráter da ditadura que se instalava. A articulação de militares com empresários ligados ao grande capital nacional e estrangeiro, apoiada pelos latifundiários e políticos conservadores, deu-se em torno da contenção dos avanços dos movimentos organizados de trabalhadores no campo e na cidade. Por outro lado, a crise econômica, que só fazia crescer desde o fim do governo JK, seria combatida pela ditadura com uma receita cujo principal remédio era o arrocho salarial. Para tanto, controlar os sindicatos era fundamental". (MATTOS, 2009, p. 101)

[2] O livro citado é *Chão de minha utopia*, uma reedição ampliada do livro de Manoel da Conceição Santos e da socióloga Ana Galano, chamado *Esta terra é nossa*, fruto de uma longa entrevista, quando ambos estavam no exílio, e publicado em 1979. A nova edição conta com nova introdução, uma entrevista mais recente, fotos de Manoel e ainda duas falas suas em contextos de palestras.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Francisco Antônio. As ligas Camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962 - 1985 - Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/campo.pdf>>. Último acesso em: 26 de Novembro de 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001 [2013, 16ª edição].
- DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.
- _____. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, Karl. O capital: Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, M. Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. "Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar". In: PINHEIRO, Milton (org.). Ditadura: o que resta da transição. São Paulo: Boitempo, 2014. (pp. 195-229).
- MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento. São Paulo: Editora GRAAL, 2002, 3ª edição.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de regime militar. Revista Topoi, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011, p. 228-249. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi%2022%20-%20artigo%2013.pdf>. Último acesso em: 26 de Novembro de 2013.
- PALMEIRA, Moacir. "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana". In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, vol. 1. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. (pp. 171-200)
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- SANTOS, Manoel da Conceição (SOARES, Paula Elise Ferreira; ANTUNES, Wilkie Buzatti [Orgs.]). Chão de minha utopia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- WEFFORT, Francisco C. O populismo na política brasileira. In: Brasil: Tempos Modernos. Org.: FURTADO, Celso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 [2ª edição].

Enviado em 19/03/2014

Aceito em 28/06/2015